

## **ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO BRASIL**

**Marcela Andrade Rios** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: marcelariosenf@gmail.com

**Andresa Teixeira Santos** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: dessaenf@hotmail.com.

**Débora Cristiane Silva Flores Lino** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: dfloreslino@hotmail.com.

**Sérgio Yarid Donha** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: syarid@hotmail.com

**Ismar Eduardo Martins Filho** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: iemfilho@uesb.edu.br

**Edite Lago da Silva Sena** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: editelago@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo verificar o mercado de trabalho do enfermeiro no Brasil através da renda, taxa de ocupação, jornada de trabalho e cobertura previdenciária. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, realizado entre os meses de maio e julho de 2012. Os critérios de inclusão foram: graduados em Enfermagem, idade igual e/ou superior a 25 anos, residentes na zona urbana dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O estado da Paraíba apresentou a menor renda média, R\$ 1889,80, e o Distrito Federal um valor médio de R\$ 4798,43. A média da taxa de ocupação foi de 80,69%, sendo maior para os homens (85,97%), enquanto as mulheres possuem média de 75,4%. No que concerne a cobertura previdenciária, 87,63% possuem tal seguridade, e a mesma é menor nos homens em todas as faixas etárias. Evidenciou diferenças regionais e de gênero quanto aos aspectos estudados.

**Descritores:** Mercado de trabalho; Trabalhadores; Enfermeiros.

### **Introdução**

O processo de construção da história profissional da enfermagem foi influenciado por diversos aspectos os quais transitam desde a divindade até o ato de cuidar, sendo considerada uma trajetória lenta, atribuída a estereótipos como uma profissão feminina, empirista e acrítica. As práticas de saúde instintivas foram as primeiras formas de prestação de assistência. Em um primeiro estágio da civilização, estas ações garantiam ao homem a manutenção da sua sobrevivência, estando na sua origem, associadas ao trabalho feminino, caracterizado pela prática do cuidar nos grupos nômades primitivos, tendo como pano-de-fundo as concepções evolucionistas e teológicas<sup>1</sup>.

O trabalho da enfermagem propriamente dito foi desenvolvido por Florence Nightingale no século XIX, período em que o sistema social patriarcal era hegemônico e, as questões de gênero, tão fortes, predominavam. Suas ações na Guerra da Criméia definiram o verdadeiro papel da Enfermagem, criando assim o perfil da profissão<sup>(2)</sup>.

A Enfermagem na Sociedade Brasileira começa no período colonial como uma simples prestação de cuidados aos doentes, realizada por um grupo formado, na sua maioria, por escravos, que nesta época trabalhavam nos domicílios.

Em 1890 funda-se a primeira Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (EEAP-Unirio)<sup>2</sup>.

Posteriormente, foi implantado o Departamento Nacional de Saúde Pública dirigido por Carlos Chagas em 1920, abrindo espaços para a criação da Escola de Enfermagem. A partir de então, a Enfermagem passou por diferentes fases de transformação, construindo e reconstruindo sua imagem, seu papel, história e identidade profissional. As enfermeiras-visitadoras no princípio do século XX são hoje profissionais integrados num sistema de práticas de prevenção, promoção a saúde, diagnósticos e intervenções.

A regulamentação das atividades dos profissionais de enfermagem no Brasil aconteceu em 1986, por meio de lei federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986<sup>3</sup>.

O exercício da enfermagem é uma ação de grande complexidade e relevância social. Porém, os trabalhadores da enfermagem são, em geral, submetidos a jornada de trabalho extenuantes, múltiplos vínculos e às condições precárias de trabalho<sup>4</sup>.

Passados 26 anos desde a regulamentação da profissão, e o piso salarial para os profissionais da enfermagem ainda não foi conquistado o Projeto de Lei 4924/09 que fixa o piso salarial de enfermeiros em R\$ 4.650, encontra-se em tramitação, bem como o Projeto de Lei PL 2295/2009 que versa sobre a redução da carga horária para 30 horas semanais. Os baixos salários praticados pela maioria dos empregadores obrigam esses trabalhadores a assumirem formas flexíveis de contrato de trabalho com dupla jornada.

## **Objetivo**

Este estudo tem por objetivo verificar aspectos do mercado de trabalho do enfermeiro no Brasil no que concerne a renda, taxa de ocupação, jornada de trabalho e cobertura previdenciária.

### **Materiais e métodos**

Trata-se de um estudo descritivo e transversal, realizado entre os meses de maio e julho de 2012, baseado em dados de um simulador de carreiras e mercado de trabalho desenvolvido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e disponibilizados via eletrônica<sup>5</sup>.

Tal simulador utiliza o processamento dos microdados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quanto às características de sexo, idade (em faixas etárias), região (urbana ou rural), graduação e Estado onde residem os indivíduos pesquisados.

Com esse simulador é possível obter dados sobre a renda, taxa de ocupação, jornada de trabalho e cobertura previdenciária nas ocupações pesquisadas.

Para o presente estudo, os critérios de inclusão foram: graduação em Enfermagem, idade igual e/ou superior a 25 anos, residentes na zona urbana dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Foram estudadas características da renda do trabalho, jornada de trabalho, taxa de ocupação e cobertura previdenciária, de acordo com o sexo, faixas etárias (25 a 29, 30 a 34, 35 a 39, 40 a 44, 45 a 49, 50 a 54, 55 a 59 e 60 e mais anos de idade) e Estado de residência.

A renda mensal diz respeito ao valor médio que os enfermeiros recebem pelo exercício do seu trabalho. A jornada de trabalho refere-se ao período semanal durante o qual o enfermeiro exerce suas atividades profissionais. A taxa de ocupação mostra o percentual de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho na função de enfermeiros. A cobertura previdenciária indica a porcentagem de profissionais enfermeiros, inseridos no mercado formal, vinculados à Previdência Social.

Planilhas foram criadas no programa Microsoft Office Excel sendo transcritos os dados obtidos pelas simulações realizadas e calculadas as médias das variáveis estudadas.

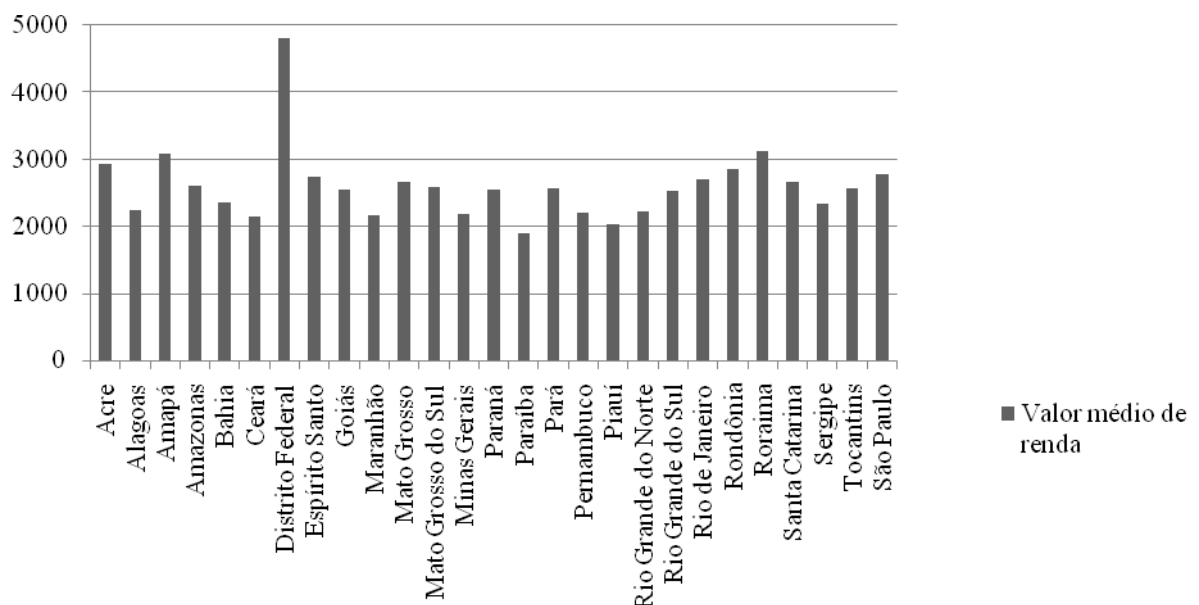
Por tratar-se de um estudo com base em dados secundários de domínio público, disponibilizados eletronicamente, não foi necessária a submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

## Resultados

A análise da renda, taxa de ocupação, jornada de trabalho e cobertura previdenciária dos profissionais enfermeiros no Brasil, demonstrou haver diferenças entre tais indicadores entre os estados federativos.

Ao observar a variável renda, a média nacional de rendimentos dos enfermeiros encontrada foi de R\$ 2663,35. O estado da Paraíba apresenta-se como estado brasileiro com menor média, R\$ 1889,80, seguido pelo Piauí, com R\$ 2021,24, Ceará, R\$ 2138,58 e Maranhão, 2162,73. O Distrito Federal, e Roraima representam os locais com maior renda para esses profissionais, apresentando um valor médio de R\$ 4798,43 e R\$ 3113,63 respectivamente. A variação nos valores médios de renda dos enfermeiros nos diversos estados brasileiros pode ser observada na figura 01.

**Figura 01:** Distribuição dos valores médios de renda dos enfermeiros residentes no Brasil, segundo estados federativos de residência, 2010. Jequié/BA, 2012.

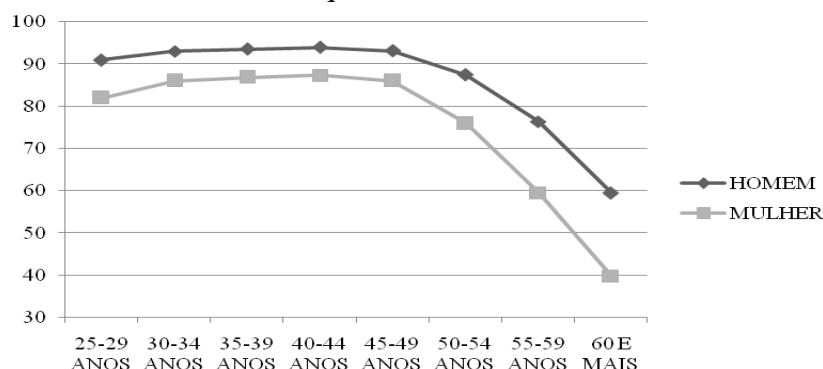


Quanto à média de jornada de trabalho dos enfermeiros, 36,84 horas semanais foi encontrada para todo o país. Houve variação entre os estados, indo de 32,98 horas (estado do Maranhão) a 39,45 horas semanais (em Santa Catarina). Os estados do

Maranhão, Paraíba, Alagoas e Amazonas apresentaram as menores médias (32,98; 34,18; 34,29 e 34,58 horas semanais), já Santa Catarina, Goiás, Rondônia e Tocantins foram os estados com as maiores médias, com respectivamente 39,45; 39,37; 39,37 e 39,37 horas por semana dedicadas ao trabalho.

A média da taxa de ocupação dos profissionais enfermeiros no Brasil foi de 80,69%, sendo maior para os homens (85,97%), enquanto as mulheres possuem média de 75,40%. A faixa etária compreendida entre 25 a 29 anos aparece com maior percentual de ocupação no Brasil para os enfermeiros do sexo masculino, com 90,95% dos enfermeiros empregados. As idades entre 40 a 44 anos possuem a maior média de enfermeiras trabalhando, 87,37%. Já os profissionais com idade a partir de 50 anos possuem as menores médias de taxa de ocupação, chegando a 59,47% e 39,85% de ocupação para homens e mulheres com idades igual ou superior a 60 anos, respectivamente (Figura 02).

**Figura 02:** Distribuição das taxas de ocupação dos enfermeiros no Brasil, no ano de 2010, segundo faixa etária e sexo. Jequié/BA, 2012.



No que concerne à cobertura previdenciária, 87,63% dos enfermeiros brasileiros possuem tal seguridade social. Os estados do Maranhão e Piauí apresentaram as menores médias, com 82,71% e 84,17%, enquanto Santa Catarina, Distrito Federal e Rondônia mostraram médias superiores a 90% de cobertura previdenciária.

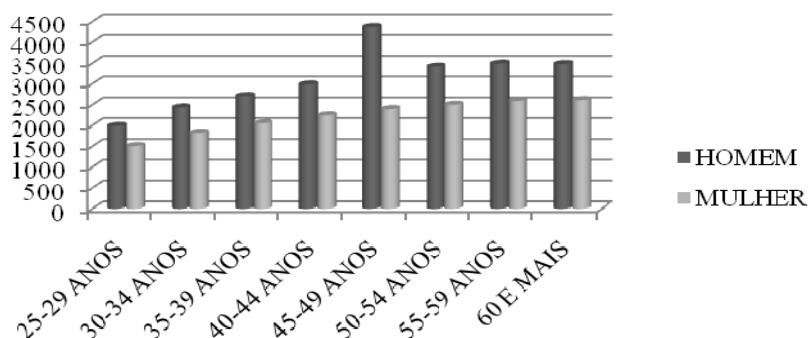
**Tabela 01:** Valores médios da jornada de trabalho, da taxa de ocupação e da cobertura previdenciária de enfermeiros, segundo estados de residência no Brasil, ano de 2010. Jequié/BA, 2012.

ESTADOS	JORNADA DE TRABALHO (horas semanais)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	COBERTURA PREVIDENCIÁRIA (%)
Acre	36,30	81,08	89,21

Alagoas	34,29	79,76	87,85
Amapá	37,27	79,87	87,62
Amazonas	34,58	79,18	85,11
Bahia	36,02	80,85	86,00
Ceará	36,55	80,01	85,41
Distrito Federal	36,36	77,58	91,19
Espírito Santo	37,50	80,46	89,84
Goiás	39,37	81,17	86,46
Maranhão	32,98	81,83	82,71
Mato Grosso	38,42	81,55	86,40
Mato Grosso do Sul	38,12	82,55	86,64
Minas Gerais	36,91	80,61	89,04
Paraná	38,73	83,09	88,74
Paraíba	34,18	80,39	85,79
Pará	36,85	78,29	84,17
Pernambuco	36,30	78,85	86,23
Piauí	35,90	80,84	85,06
Rio Grande do Norte	36,34	79,91	88,66
Rio Grande do Sul	38,22	82,64	89,81
Rio de Janeiro	36,51	77,33	88,34
Rondônia	39,37	83,43	90,27
Roraima	35,19	83,07	89,95
Santa Catarina	39,45	83,55	91,70
Sergipe	35,29	78,32	87,79
Tocantins	39,37	82,79	87,21
São Paulo	38,32	79,53	89,24

Ao analisar o quesito renda, segundo faixa etária e sexo dos enfermeiros (Figura 03), observou-se que em todas as faixas etárias, os homens possuem renda média maior do que as mulheres, apresentando diferença nas médias de rendimentos entre R\$ 476 (na faixa etária de 25 a 29 anos) até R\$ 916,48 (faixa etária de 50 a 54 anos de idade).

**Figura 03:** Distribuição da renda média dos enfermeiros do Brasil, segundo faixa etária e sexo, no ano de 2010. Jequié/BA, 2012.



Tal diferença entre os sexos, prevalecendo as maiores médias para os homens também foi observada para as variáveis jornada de trabalho e taxa de ocupação.

Entretanto, quanto à cobertura previdenciária, a mesma apresentou maiores médias para as mulheres (tabela 02).

**Tabela 02:** Distribuição das médias de jornada de trabalho e cobertura previdenciária dos enfermeiros do Brasil, segundo faixa etária e sexo, no ano de 2010. Jequié/BA, 2012.

<b>Jornada de trabalho</b>			
		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Faixa Etária</b>	25 a 29 anos	38,81	35,72
	30 a 34 anos	39,32	36,03
	35 a 39 anos	39,28	36,12
	40 a 44 anos	39,69	36,28
	45 a 49 anos	39,70	36,25
	50 a 54 anos	38,87	35,58
	55 a 59 anos	37,30	33,97
	60 anos e mais	34,65	31,66
<b>Cobertura Previdenciária</b>			
		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Faixa Etária</b>	25 a 29 anos	38,81	35,72
	30 a 34 anos	39,32	36,03
	35 a 39 anos	39,28	36,12
	40 a 44 anos	39,69	36,28
	45 a 49 anos	39,70	36,25
	50 a 54 anos	38,87	35,58
	55 a 59 anos	37,30	33,97
	60 anos e mais	34,65	31,66

## Conclusão

O mercado de trabalho dos enfermeiros mostra crescimento positivo no setor saúde nas últimas décadas. Como consequência da municipalização dos serviços de saúde decorrentes da Reforma Sanitária brasileira houve aumento dos postos de trabalhos para os enfermeiros na década de 90, fruto da ampliação da rede de atenção básica nos distintos espaços geo-políticos brasileiros, levando primordialmente ao crescimento da oferta de empregos públicos para enfermagem. No entanto, atualmente percebe-se uma alteração no movimento em relação à oferta e a demanda que se eleva continuamente, devido a expansão acelerada dos cursos de graduação de enfermagem<sup>6</sup>.

Nesta perspectiva, mesmo diante do fato de a enfermagem no Brasil ocupar uma posição privilegiada no mercado de trabalho, não enfrentando um desemprego maciço quando comparado aos demais setores, e ainda com ofertas de empregos elevadas até o

momento, percebe-se a instalação do processo de flexibilização do trabalho que aponta perdas do ponto de vista salarial e de jornada de trabalho caracterizada pelo múltiplo emprego<sup>7</sup>.

Através da análise contextualizada das evidências encontradas neste estudo, pode-se constatar que o mercado de trabalho dos enfermeiros no Brasil ainda encontra-se em crescimento, mas esse processo tende a inversão com a expansão acelerada dos cursos de graduação de enfermagem.

Observando-se os dados encontrados foi possível perceber que existem diferenças quanto ao rendimento mensal dos enfermeiros no Brasil, apresentando as menores médias em estados nordestinos e maiores em estados do Norte do país e no Distrito Federal.

Por tratar-se de um estudo com a utilização de dados agregados, não foi possível estudar a relação renda e número de empregos dos profissionais enfermeiros. Sabe-se que muitos profissionais acumulam mais de um emprego com o intuito de conseguir uma remuneração digna.

Vale ressaltar o caráter inédito desse estudo, não sendo observado estudos semelhantes com dados de todos os enfermeiros no Brasil até o momento, uma vez que são mais encontrados pesquisas mostrando realidades de trabalho do enfermeiro em setores específicos.

No que se refere à renda dos enfermeiros, desde o ano de 2009 tramita na Câmara dos Deputados um projeto de Lei, o PL 4.924/2009, com vistas a estabelecer um piso salarial para os profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira). Outro projeto de lei, o PL 2295/2009 dispõe sobre a redução da carga horária de trabalho para 30 horas semanais.

Segundo o PL 4.494/2009 o salário previsto para os profissionais são: enfermeiro - R\$ 4.650,00; técnico - R\$ 3.255,00; e auxiliar/parteiro - R\$ 2.325,00<sup>8</sup>. O valor de salário para o enfermeiro mostra-se superior a todas as médias de rendimentos encontradas nos estados brasileiros, a exceção do Distrito Federal (R\$ 4.798,42 para mulheres e 5.487,51 para homens). Com este valor mínimo estipulado, espera-se também que não haja diferenças de rendimentos entre os gêneros masculino/feminino.

Assim, é evidenciada a necessidade da fixação do piso salarial e a jornada de 30 horas semanais para a profissão, a fim de evitar que o enfermeiro seja submetido às



formas perversas de contratação, com jornadas de trabalho exaustivas, onde o múltiplo emprego tem característica histórica, bem como superar as diferenças de rendimento regional.

Com base nas diferenças que distinguem os sexos, evidenciou-se que mesmo a enfermagem ser considerada uma profissão predominantemente feminina a questão de gênero tem traços fortes materializada na representação da renda média e taxa de ocupação verificada como maiores para os homens e todas as faixas etárias.

O recorte feito por este estudo, a partir dos resultados apresentados, não esgota as possibilidades de análise do mercado de trabalho do enfermeiro, pois se trata de um estudo com dados agregados. Entretanto, a discussão sobre o tema permite observar como a profissão de enfermagem está inserida no contexto brasileiro através das variáveis estudadas.

### **Referências Bibliográficas**

1. Mulato SC. Enfermagem tradicional, atual e do futuro: a visão de docentes de enfermagem. Rev. enferm. UERJ. 2010; 18(4): 572-7.
2. Santo TBE, Oguisso T, Fonseca RMGS. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. Rev. Latino-Am. Enfermagem [periódico na Internet]; 2011 [acesso em: 04 jun. 2012].19(5): [07 telas]. Disponível em: [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae).
3. Lei n. 7.498 de 25 de junho de 1986 (BR). Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União [periódico na internet]. 26 jun 1986. [citado 16 jun 2012]. Disponível em <http://site.portalcofen.gov.br/node/4161>.
4. Furukawa PO, Cunha ICKO. Perfil e competências de gerentes de enfermagem de hospitais acreditados. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2011; 19(1):09 telas.
5. Base de dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. [internet]. Índice Você na Universidade (FGV). Carreiras e mercado de trabalho. [2010] - [acesso em: 30 abr 2012]. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/educ/simula/index.htm>.
6. Vieira ALS, Oliveira ES. Mercado de trabalho em saúde no Brasil: empregos para os enfermeiros nas três últimas décadas. Rev Bras Enferm. 2001; 54(4):623-9.
7. Baraldi S, Car MR. Labor flexibilization and deregulation for nursing workers in Brazil: the profae case. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2008; 16(2): 205-11.

8. Barreto IS, Krompel MC, Humerez DC. O Cofen e a Enfermagem na América Latina. Enfermagem e Foco. 2011; 2(4):251-4.